



# Demonstrações Financeiras 2012



Fotografe o QR CODE  
para acessar o nosso site



[www.cteep.com.br](http://www.cteep.com.br)



Índice de  
Energia  
Elétrica **IEE**

Índice  
Brasil **IBRX**

Índice de  
Ações com Governança  
Corporativa Diferenciada **IGC**

MidLarge Cap **MLCX**



## CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.998.611/0001-04

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2012

#### Mensagem da administração

Em um ano especialmente desafiador, advindo de um processo de mudanças no setor de energia elétrica no Brasil, a Administração da CTEEP empreendeu grandes esforços na análise dos efeitos das medidas provisórias 579 e 591 e na elaboração de estudos e avaliações para subsidiar a deliberação sobre a prorrogação do contrato de concessão 059/2001 em Assembleia de Acionistas e buscar a alternativa de maior geração de valor e de preservação da sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de impulsionar a competitividade da indústria brasileira e beneficiar a sociedade por meio da redução das tarifas de energia elétrica, o governo propôs a prorrogação dos contratos de concessão com vencimentos entre 2015 e 2017, iniciando um complexo processo que provocou forte impacto financeiro sobre a precificação das ações no mercado de capitais. Durante o segundo semestre de 2012, a ação TRPL4 apresentou oscilações historicamente atípicas e encerrou o ano cotada a R\$32,99 apresentando queda de 43,11% em relação ao encerramento de 2011.

As novas regras estipuladas pelo governo federal, que produziram efeitos a partir de 2013, definiram novos marcos regulatórios para o setor, influenciando nosso negócio. Também representaram a possibilidade da Companhia estar à frente da gestão dos ativos de transmissão por mais 30 anos, abrindo um horizonte maior para nossas operações, diante de novos paradigmas, mas sempre buscando eficiência e excelência operacional e mantendo os compromissos com nossos grupos de interesse.

Expressos em nosso desempenho econômico-financeiro, colhemos frutos de uma gestão orientada para a geração de valor sustentável, prezando pela disciplina financeira e pela manutenção da nossa excelência operacional. Em 2012 nossa receita operacional líquida manteve-se estável, atingindo R\$2.819,0 milhões, comparada com R\$2.900,8 milhões em 2011. A estabilidade também pode ser observada na margem EBITDA que alcançou 52,2% totalizando R\$1.471,9 milhões em 2012 em comparação a 50,1%, R\$1.454,6 milhões em 2011.

Desempenho operacional consistente é uma marca da CTEEP, exemplificado, em 2012, pela manutenção do melhor indicador de energia não suprida e pelo recebimento do maior prêmio adicional de RAP (Receita Anual Permitida) concedido pela ANEEL às companhias que apresentaram alta disponibilidade dos ativos. Em 2012, os investimentos consolidados somaram R\$952,2 milhões em reforços, modernizações e melhorias dos ativos existentes, na capitalização de mão de obra e subsidiárias. Também colocamos em serviço 60 novos empreendimentos, projetos que demonstram a atuação da CTEEP no fortalecimento de suas operações e na preocupação com confiabilidade e qualidade na prestação do serviço de transmissão de energia.

Adicionalmente, a aquisição da Evrecy reforça a nossa participação no estado de Minas Gerais e amplia nossa presença para 16 estados brasileiros, com a entrada no Espírito Santo.

Diante do cenário de incerteza vivido em 2012, reforçamos a nossa crença no diferencial do fator humano para o sucesso das organizações, a determinação e competência de nossas equipes apoiaram e influenciaram o processo de decisão. A CTEEP investiu na capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores, por meio de programas voltados à formação técnica e comportamental, totalizando um investimento, em 2012, de aproximadamente R\$1,3 milhão.

Em 2013 iniciaremos uma nova trajetória da CTEEP no setor de transmissão de energia elétrica brasileiro e estamos convictos que a disciplina na realização dos investimentos; a constante busca pela melhoria de produtividade e pela excelência e consistência no desempenho operacional; nosso capital humano e o foco na higidez financeira permitirão mitigar os impactos do novo cenário do setor e construir o futuro da Companhia, primando sempre pelos compromissos com seus grupos de interesse.

A Administração renova os agradecimentos aos nossos clientes e fornecedores pela parceria ao trilhar sempre o caminho da excelência; aos nossos colaboradores, pela dedicação e competência, essenciais para o alcance de nossas conquistas e resultados; aos nossos acionistas e investidores, por acreditarem na gestão dos negócios da companhia, sempre baseada na transparência, e à sociedade pela confiança na prestação dos serviços públicos que conduzimos.

#### 1. PERFIL DA COMPANHIA

Com presença em 16 estados do território brasileiro, a CTEEP é uma das principais empresas de transmissão de energia elétrica do país. A companhia é responsável pelo transporte anual de 30% de toda a energia elétrica produzida no Brasil e 60% da energia consumida na Região Sudeste, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e para o crescimento nacional. No final de 2012, a empresa obteve a prorrogação de seu principal contrato de concessão e iniciou um novo ciclo de 30 anos à frente do serviço público de transmissão de energia elétrica.

Com uma equipe formada por mais de 1.500 colaboradores, a CTEEP e suas subsidiárias estão presentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), PINHEIROS (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhus) e na IEMADEIRA (Interligação Elétrica da Madeira); 50% na IESUL (Interligação Elétrica Sul) e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste). Além disso, em 2012, a CTEEP adquiriu 100% dos ativos da Evrecy, empresa de transmissão que pertencia à EDP Energias do Brasil S.A..

Em 2012, um total de 133.340 GWh de energia trafegaram pelos ativos da CTEEP, uma rede formada por 13.723 km de linhas de transmissão, 18.794 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 106 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.221 MVA. Esta rede interliga pontos de conexão de empresas geradoras e de outras transmissoras até os clientes livres e à rede das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

A CTEEP busca continuamente manter um alto padrão no serviço prestado. Prova disso são os investimentos sistematicamente realizados na modernização de sua infraestrutura. Além disso, a empresa se preocupa também com o desenvolvimento de seus colaboradores, para que possam estar preparados para desempenhar com qualidade e segurança suas atividades. Neste contexto, a empresa investiu, ao longo de 2012, R\$ 1,3 milhão na capacitação de profissionais da área de Operações da companhia.

#### Governança Corporativa

A governança corporativa da CTEEP está alinhada aos mais altos padrões do mercado e é aderente ao Nível 1 de Governança Corporativa (IGC) da BM&FBovespa, composto por empresas que apresentam maior transparência no relacionamento com seus stakeholders. Diante disso, e com o objetivo de nortear as decisões e atuações de seus profissionais, a companhia conta com o Código de Ética e o Código de Governança Corporativa, aprovados pelo Conselho de Administração. Ambos afirmam a disposição da alta administração e de seus colaboradores com a transparência na gestão e no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em 2012, o Rating Corporativo da CTEEP foi confirmado em AA+ (bra) pela Fitch Ratings, um reconhecimento do compromisso que a organização mantém com uma gestão financeira responsável.

#### Gestão Sustentável

A gestão da estratégia da CTEEP tem como alicerces a continuidade do negócio, o desempenho operacional de alto nível, a inovação e o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento dos compromissos assumidos com seus públicos. É com base nestes direcionadores que a companhia consegue apresentar excelentes indicadores operacionais e alta disponibilidade de ativos.

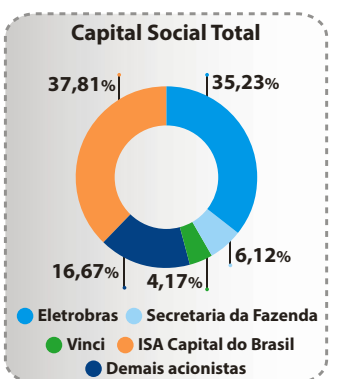
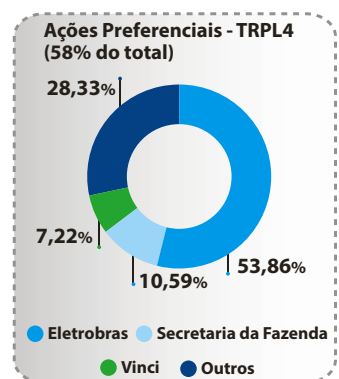
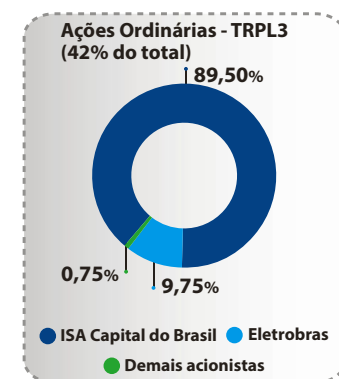
Ciente de seu papel perante a sociedade, a empresa também está atenta para o relacionamento com as comunidades próximas às suas instalações. Em 2012, a CTEEP investiu R\$ 3,2 milhões em projetos socioculturais, que beneficiaram diretamente mais de 14 mil pessoas e mais de 70 mil indiretamente. A organização também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, adere à metodologia GRI (Global Reporting Initiative) na produção do seu relatório anual e de sustentabilidade e participa dos indicadores ETHOS.

Diante dos desafios que se apresentam no setor elétrico nacional, a CTEEP sabe que precisa estar pronta para continuar oferecendo um serviço de qualidade. Por isso conta com iniciativas estruturadas voltadas para inovação, como o programa de pesquisa e desenvolvimento, que há mais de 10 anos proporciona condições para a construção de conhecimentos que trazem potenciais benefícios para a CTEEP e para o setor elétrico. Também promove eventos com especialistas nacionais e internacionais para debater sobre tendências relevantes em termos de tecnologia.

#### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobrás, maior grupo de energia elétrica brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 60 mil acionistas pessoas físicas e jurídicas.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts - ADRs - Regra 144 A nos Estados Unidos.



#### 2. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Os esforços contínuos na manutenção de suas instalações, aliados a uma gestão eficiente de sua operação, permitem à CTEEP contar com um sistema de transmissão altamente confiável, com indicadores de desempenho que estão entre os melhores entre as empresas do setor.

Em conjunto com estes aspectos e com foco em ações que contribuem para um melhor atendimento da

crescente demanda energética do Brasil, em 2012, a CTEEP colocou em operação importantes projetos. Por meio das suas subsidiárias PINHEIROS, Serra do Japi e IESUL, a companhia adicionou 2.200 MVA de transformação, que contribuem para o atendimento aos estados de São Paulo e Santa Catarina.

Além disso, com a aquisição da Evrecy, a companhia expande sua presença para o Espírito Santo, aumentando a confiabilidade do sistema de transmissão deste estado e também do estado de Minas Gerais, onde a CTEEP já está presente por meio da sua subsidiária IEMG.

#### 3. INVESTIMENTOS

Em 2012, os investimentos realizados pela CTEEP em reforços, modernizações e melhorias dos ativos existentes, na capitalização de mão de obra e em aportes nas subsidiárias totalizaram R\$952,2 milhões.

##### Plano de Investimentos 2013

Em reunião realizada em 21 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos para 2013 com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia. Para garantir a efetividade do Plano de Investimentos, a CTEEP e suas subsidiárias buscarão maximizar a eficiência de suas estruturas de capital com o apoio financeiro de diferentes fontes para garantir a realização dos investimentos.

(R\$ milhões)	2013
<b>Próprio (A)</b>	283,1
Reforços e Novas Conexões	174,2
Modernizações e Melhorias (PMT/PMIS)	86,3
Corporativo	9,7
Capitalização de Pessoal	12,9
<b>Aporte nas Subsidiárias (B)</b>	<b>399,8</b>
IEMadeira	262,7
IEGaranhuns	116,6
IEPinheiros	19,0
IESul	1,5
<b>TOTAL (A+B)</b>	<b>682,9</b>

#### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2012, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$3.173,9 milhões, redução de 2,9% em relação a 2011 quando registrou R\$3.268,7 milhões. As principais variações da receita operacional bruta, que é composta pelas (i) receitas de construção, (ii) receitas de operação e manutenção e (iii) pelas receitas financeiras, são as seguintes:

(i) As **receitas de construção** totalizaram R\$ 976,7 milhões em 2012, comparadas com R\$1.103,7 milhões em 2011, impactadas positivamente pelo avanço das obras da IEMadeira e início da IEGaranhuns; e negativamente pela entrada em operação das subsidiárias Pinheiros (subestações Getulina, Mirassol e Piratinga II) e Serra do Japi, cujas obras foram concluídas no quarto trimestre de 2011 e no primeiro trimestre de 2012, respectivamente; também, pela finalização de obras de reforços e novas conexões nos ativos existentes da CTEEP (controladora).

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$594,6 milhões em 2012, comparadas com R\$555,1 milhões em 2011, aumento de 7,1%, decorrência da variação positiva do IGPM (4,26%) que ajustou a RAP do principal contrato de concessão da Controladora e da variação positiva do IPCA (4,98%) que corrigiu as RAP das subsidiárias para o ciclo 2012/2013, bem como da entrada de receita de O&M para novos reforços.

(iii) As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$1.584,8 milhões em 2012, comparadas com R\$1.590,0 milhões em 2011, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para realização dos valores de construção e reversão.

As **deduções da receita operacional** atingiram R\$354,9 milhões em 2012, redução de 3,5% comparados a R\$367,9 milhões em 2011, devido à redução de 17,0% dos tributos sobre a receita, decorrente, principalmente, da alteração na alíquota de PIS e COFINS diferidos das controladas IEMG e Serra do Japi pela mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido, combinado com o aumento de 15,6% dos encargos regulatórios CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), RGR (Reserva Global de Reversão) e PROINFA (Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica), provenientes da demanda dos consumidores livres.

Em decorrência da redução de 11,5% das receitas de construção, do aumento de 7,1% das receitas de operação e manutenção; e redução de 0,3% das receitas financeiras, e 2,2% de deduções da receita operacional, a **receita operacional líquida** reduziu 2,8%, atingindo R\$2.819,0 milhões em 2012, comparada com R\$2.900,8 milhões em 2011.

Os **custos e despesas operacionais** consolidados tiveram uma redução de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$1.438,7 milhões no exercício de 2012 frente aos R\$1.450,4 milhões em 2011.

A variação nos custos e despesas dos últimos 12 meses, é decorrente, substancialmente, (i) do acréscimo nos custos de pessoal, proveniente do dissídio coletivo de 6,0% concedido em julho de 2012 e ao aumento do quadro de pessoal; (ii) acréscimo dos custos e despesas com serviços e terceiros, decorrente do avanço das obras da controlada IEMadeira e na controladora a redução acompanha a variação da receita de construção; (iii) acréscimo das despesas de contingências que sofreram revisão da expectativa de perda de alguns processos e pelo ganho de processo trabalhista reconhecido em 2011, no montante de R\$27,6 milhões; (iv) compensado pela redução dos custos de materiais que acompanha a variação apresentada na receita de construção, refletida pela entrada em operação da controlada Serra do Japi, cujas obras foram concluídas durante o primeiro trimestre de 2012.

Em outubro de 2012 a CVM publicou a Instrução nº 527, que dispõe sobre o cálculo e a divulgação, dentre outras informações, do **EBITDA**. Segundo a instrução, o EBITDA deve ser acompanhado da conciliação dos valores constantes nas demonstrações contábeis referidas e deve ser composto pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Sendo assim, em 2012 o EBITDA da CTEEP totalizou R\$1.471,9 milhões e margem EBITDA de 52,2%, frente a 50,1% (R\$ 1.454,6 milhões em 2011).

**Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**, somaram R\$57,9 milhões e referem-se, principalmente, ao reconhecimento dos impactos resultantes da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, conforme MP 579/2012 e MP 591/2012, nos montantes de:

(i) R\$4.444,5 milhões referente à atualização à VNR do contas a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados - Sistema Existente (SE) e Novos Investimentos (NI);  
 (ii) R\$2.724,6 milhões referente à baixa do contas a receber de construção da receita prevista até julho de 2015, término do contrato de concessão vigente anteriormente à MP 579 e 591;  
 (iii) R\$1.535,3 milhões referente à provisão para redução ao valor de custo do investimento SE.  
 (iv) R\$87,1 milhões referente à baixa dos valores em estoque de reposição dos investimentos.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$211,4 milhões em 2012 apresentando aumento de 5,4% em relação a R\$200,5 milhões em 2011 devido, principalmente, a maior alavancagem financeira.

Em 2012 a CTEEP liquidou a 4ª e a 5ª emissões de notas promissórias no valor de R\$200,0 milhões e R\$ 300,0 milhões, respectivamente e captou R\$400,0 milhões em Notas Promissórias e emitiu R\$700,0 milhões em debêntures, série única.

A controlada IEMadeira captou, em 2012, R\$720,0 milhões em Notas Promissórias e também aumentou suas captações de longo prazo junto ao BNDES no valor de R\$1.532,0 milhões e junto ao Banco da Amazônia no valor de R\$267,0 milhões. Também em 2012, a controlada IEGaranhuns emitiu debêntures no montante de R\$180,0 milhões com entrada de recurso de R\$15,0 milhões e R\$37,0 milhões em outubro e dezembro de 2012, respectivamente.

As despesas **com imposto de renda e contribuição social** aumentaram 26,1% somando R\$383,2 milhões em 2012 contra R\$303,8 milhões em 2011. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 31,2% em 2012 comparado com 24,9% em 2011, a variação decorre do menor aproveitamento do benefício fiscal proveniente ao pagamento dos juros sobre capital próprio em 2012 e da reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido de 2012 totalizou R\$843,5 milhões, 7,8% inferior quando comparado a R\$915,3 milhões em 2011.

#### 5. MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2012 cotadas a R\$44,50 e R\$32,99, respectivamente, o que representa uma variação de -17,59% e -43,11%, também respectivamente, em relação a 2011. Durante o exercício de 2012, o Ibovespa valorizou 7,40% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se 11,72%.

Ao longo de 2012, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 14,5 milhões, com uma média de 1.248 negócios por dia.

A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No fechamento de 2012, os ADRs lastreados nas ações preferenciais (mais líquidas) desvalorizaram 46,55%.

#### 6. AUDITORES INDEPENDENTES

No que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a CTEEP segue princípios que preservam a independência do auditor, que não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, ou ainda advogar por seu cliente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young Terco").

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, a CTEEP informa que o valor dos serviços prestados pela Ernst & Young em 2012 foi de R\$ 551,6 mil e refere-se a consultorias prestadas aos departamentos de Recursos Humanos e Gestão Estratégica da Controladora. Esta prestação de serviço correspondeu a 102,4% do contrato anual de Auditoria das Demonstrações Financeiras.

As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que possam gerar conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	296.486	151.021	311.124	203.918	Empréstimos e financiamentos	15	897.563	693.472	1.135.567	1.007.673
Aplicações financeiras	6	–	–	118.111	3.377	Debêntures	16	166.667	168.217	166.667	389.825
Contas a receber (ativo de concessão)	7	2.356.600	1.434.110	2.509.548	1.474.794	Fornecedores	17	53.373	48.781	86.966	83.056
Estoques	8	47.125	50.044	48.814	50.052	Tributos e encargos sociais a recolher	18	136.433	77.471	144.681	80.273
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	9	–	14.906	–	14.906	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	13.137	12.273	13.137	12.273
Tributos e contribuições a compensar	10	11.874	7.840	17.225	11.326	Parcelamento de ICMS	20	–	–	2.003	–
Instrumentos financeiros derivativos	32	63.455	–	65.309	1.673	Encargos regulatórios a recolher	21	38.535	27.497	40.982	28.824
Créditos com controladas	31	432	3.291	–	–	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	25 (b)	6.340	232.156	6.340	232.156
Dividendos a receber	31	–	529	–	–	Provisões	22	26.979	22.830	27.761	23.277
Despesas pagas antecipadamente		3.027	1.786	3.851	3.190	Valores a pagar - Fundação CESP	23	6.226	6.244	6.226	6.244
Outros		84.936	74.078	86.207	74.529	Instrumentos financeiros derivativos	32	3.770	27.226	3.770	27.226
		<b>2.863.935</b>	<b>1.737.605</b>	<b>3.160.189</b>	<b>1.837.765</b>	Outros		<b>14.282</b>	<b>25.750</b>	<b>22.321</b>	<b>30.185</b>
								<b>1.363.305</b>	<b>1.341.917</b>	<b>1.656.421</b>	<b>1.921.012</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo					
Contas a receber (ativo de concessão)	7	2.646.721	3.423.417	5.406.848	5.335.027	Empréstimos e financiamentos	15	226.804	653.233	1.403.585	984.264
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	8	986.486	810.750	986.486	810.750	Debêntures	16	956.636	389.636	988.664	389.636
Benefício fiscal - ágio incorporado	10	90.247	119.079	90.247	119.079	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	18	142.318	145.236	142.318	145.236
Cauções e depósitos vinculados	11	74.690	61.886	74.699	61.886	Parcelamento ICMS	19	–	–	6.801	–
Estoques	29	41.867	145.395	41.867	145.395	PIS e COFINS diferidos	20	27.915	44.334	279.239	229.519
Instrumentos financeiros derivativos	32	–	53.736	–	54.195	Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	15.073	1.982	96.951	42.176
Outros		13.068	21.007	25.266	27.617	Encargos regulatórios a recolher	21	39.337	32.334	39.468	32.334
		<b>3.853.079</b>	<b>4.635.270</b>	<b>6.625.413</b>	<b>6.553.949</b>	Provisões	22	120.845	101.832	120.845	101.832
						Obrigações especiais - reversão/amortização	24	24.053	24.053	24.053	24.053
Investimentos	12	1.258.200	883.515	–	–			<b>1.553.028</b>	<b>1.392.640</b>	<b>3.101.924</b>	<b>1.949.050</b>
Imobilizado	13	8.375	8.655	8.585	8.784	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível	14	10.974	8.946	42.388	8.998	Capital social	25 (a)	1.162.626	1.162.626	1.162.626	1.162.626
		<b>1.277.549</b>	<b>901.116</b>	<b>50.973</b>	<b>17.782</b>	Reservas de capital	25 (c)	2.202.281	2.202.281	2.202.281	2.202.281
		<b>5.130.628</b>	<b>5.536.386</b>	<b>6.676.386</b>	<b>6.571.731</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital		666	666	666	666
		<b>7.994.563</b>	<b>7.273.991</b>	<b>9.836.575</b>	<b>8.409.496</b>	Reservas de lucro	25 (d)	1.712.657	1.142.512	1.712.657	1.142.512
						Proposta de distribuição de dividendo adicional	25 (b e d)	–	31.349	–	31.349
								<b>5.078.230</b>	<b>4.539.434</b>	<b>5.078.230</b>	<b>4.539.434</b>
								<b>7.994.563</b>	<b>7.273.991</b>	<b>9.836.575</b>	<b>8.409.496</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Receita operacional líquida</b>					
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	27	(563.307)	(588.380)	(1.250.564)	(1.323.409)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.325.125</b>	<b>1.437.467</b>	<b>1.568.424</b>	<b>1.577.396</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	27	(165.818)	(111.660)	(180.896)	(120.634)
Honorários da administração	27 e 31	(5.642)	(5.145)	(7.267)	(6.383)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	55.309	(30.878)	57.867	(30.755)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	98.061	57.594	–	–
		<b>(18.090)</b>	<b>(90.089)</b>	<b>(130.296)</b>	<b>(157.772)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>1.307.035</b>	<b>1.347.378</b>	<b>1.438.128</b>	<b>1.419.624</b>
Despesas financeiras	28	(288.073)	(276.114)	(387.981)	(334.840)
Receitas financeiras	28	164.278	117.161	176.565	134.320
		<b>(123.795)</b>	<b>(158.953)</b>	<b>(211.416)</b>	<b>(200.520)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.183.240</b>	<b>1.188.425</b>	<b>1.226.712</b>	<b>1.219.104</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	30	(326.663)	(243.130)	(328.449)	(244.206)
Diferido	30	(13.089)	(30.035)	(54.775)	(59.638)
		<b>(339.752)</b>	<b>(273.165)</b>	<b>(383.224)</b>	<b>(303.844)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>843.488</b>	<b>915.260</b>	<b>843.488</b>	<b>915.260</b>
Lucro básico por ação	25 (e)	5,52522	6,02735		
Lucro diluído por ação	25 (e)	5,42350	5,90743		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	843.488	915.260	843.488	915.260
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>843.488</b>	<b>915.260</b>	<b>843.488</b>	<b>915.260</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas</b>				
Operacionais	2.169.417	2.302.698	3.173.890	3.268.689
Outras operacionais	4.454.953	35.677	4.457.511	35.798
	<b>6.624.370</b>	<b>2.338.375</b>	<b>7.631.401</b>	<b>3.304.487</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos serviços prestados	(37.834)	(21.088)	(42.126)	(23.795)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.782.553)	(476.310)	(5.470.038)	(1.212.033)
	<b>(4.820.387)</b>	<b>(497.398)</b>	<b>(5.512.164)</b>	<b>(1.235.828)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.803.983</b>	<b>1.840.977</b>	<b>2.119.237</b>	<b>2.068.659</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(4.973)	(6.116)	(5.004)	(6.138)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.799.010</b>	<b>1.834.861</b>	<b>2.114.233</b>	<b>2.062.521</b>
<b>Recebido em transferência</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	98.061	57.594	–	–
Receitas financeiras	164.278	117.161	176.565	134.320
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.061.349</b>	<b>2.009.616</b>	<b>2.290.798</b>	<b>2.196.841</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal				
Remuneração direta	(183.002)	(149.280)	(189.934)	(153.876)
Benefícios	(36.847)	(34.863)	(39.106)	(35.639)
F.G.T.S.	(10.340)	(9.983)	(10.826)	(10.199)
	<b>(230.189)</b>	<b>(194.126)</b>	<b>(239.866)</b>	<b>(199.714)</b>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(665.740)	(592.463)	(784.861)	(715.422)
Estaduais	(805)	(618)	(446)	(696)
Municipais	(18.820)	(18.270)	(18.855)	(18.270)
	<b>(685.365)</b>	<b>(611.351)</b>	<b>(804.162)</b>	<b>(734.388)</b>
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	(14.616)	(13.032)	(15.932)	(13.176)
Juros e variações monetárias e cambiais	(287.691)	(275.847)	(387.350)	(334.303)
	<b>(302.307)</b>	<b>(288.879)</b>	<b>(403.282)</b>	<b>(347.479)</b>
Remuneração de Capitais Próprios				
Juros sobre capital próprio e dividendos	(275.282)	(789.028)	(275.282)	(789.028)
<b>Lucros retidos</b>	<b>568.206</b>	<b>126.232</b>	<b>568.206</b>	<b>126.232</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros		Total
								Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.119.911</b>	<b>2.231.113</b>	<b>666</b>	<b>215.763</b>	<b>111.991</b>	<b>33.293</b>	<b>653.077</b>	<b>–</b>	<b>198.021</b>	<b>4.563.835</b>
Aumento de capital (nota 25 (a))	42.715	(28.832)	–	–	–	–	–	–	–	13.883
Realização da reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	(2.217)	–	2.217	–	–
Pagamento de dividendos adicionais propostos (nota 25 (b))	–	–	–	–	–	–	–	–	(198.021)	(198.021)
Juros sobre capital próprio prescritos	–	–	–	–	–	–	–	841	–	841
Dividendos prescritos	–	–	–	–	–	–	–	1.315	–	1.315
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	915.260	–	915.260
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal (nota 25 (d))	–	–	–	16.762	–	–	–	(16.762)	–	–
Constituição da reserva estatutária (nota 25 (d))	–	–	–	–	4.272	–	–	(4.272)	–	–
Constituição da reserva de retenção de lucros (nota 25 (d))	–	–	–	–	–	–	109.571	(109.571)	–	–
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,674188 por ação) (nota 25 (b))	–	–	–	–	–	–	–	(254.540)	–	(254.540)
Dividendos intermediários (R\$ 3,307749 por ação) (nota 25 (b))	–	–	–	–	–	–	–	(503.139)	–	(503.139)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,205349 por ação) (nota 25 (b))	–	–	–	–	–	–	–	(31.349)	31.349	–
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.162.626</b>	<b>2.202.281</b>	<b>666</b>	<b>232.525</b>	<b>116.263</b>	<b>31.076</b>	<b>762.648</b>	<b>–</b>	<b>31.349</b>	<b>4.539.434</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**1. Contexto Operacional**

**1.1 Objeto social**

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EPTE"), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006, com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital"), sociedade brasileira controlada pela Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de "American Depositary Receipts - ADRs" - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1, da BM&FBovespa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice Ibovespa da BM&FBovespa e também integra o Índice de Governança Corporativa - IGC e o Índice de Energia Elétrica - IEE.

**1.2 Concessões**

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)		20	07/07/15	4 anos	2013	Não	IGPM	2.113.952	06/12
CTEEP	143/2001		30	20/12/31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.934	06/12
IEMG	004/2007	100	30	23/04/37	5 anos	2017	Sim	IPCA	13.567	06/12
Pinheiros	012/2008	100	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.173	06/12
Pinheiros	015/2008	100	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	19.096	06/12
Pinheiros	018/2008	100	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.332	06/12
Pinheiros	021/2011	100	30	09/12/41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11 (**)
Serra do Japi	026/2009	100	30	18/11/39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.102	06/12
Evrecy (***)	020/2008	100	30	17/07/25	4 anos	2013	Não	IGPM	9.844	06/12
IENNE	001/2008	25	30	16/03/38	5 anos	2013	Não	IPCA	41.893	06/12
IESul	013/2008	50	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	2.375	06/12
IESul	016/2008	50	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	10.055	06/12
IEMadeira	013/2009	51	30	25/02/39	5 anos	2014	Não	IPCA	218.933	06/12
IEMadeira	015/2009	51	30	25/02/39	5 anos	2014	Não	IPCA	184.866	06/12
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09/12/41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11 (**)

(\*) O contrato de concessão nº 059/2001 da CTEEP subdivide-se em: Serviço Existente (SE) referente às instalações energizadas até 31 de maio de 2000, Novos Investimentos (NI) referente às instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000 e Novos Investimentos pós Aditivo (NIA) referente a investimentos realizados e não contemplados na reversão prevista na Medida Provisória nº 579/2012. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059/2001 NI. Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013, alterando seu vencimento de 07 de julho de 2015 para 31 de dezembro de 2042 e reduziu a Receita Anual Permitida (RAP), de R\$2.113.952 para R\$568 (líquido de PIS e COFINS totaliza 515.621), que considera apenas operação e manutenção da infraestrutura. O contrato de concessão nº 059/2001 apresentará, em 01 de janeiro de 2013, as seguintes informações:

Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001		30	31/12/2042	5 anos	2018	Não	IPCA	568.177	01/13

(\*\*) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A controlada IEMadeira, por ter estimativa de entrada em operação no 2º trimestre de 2013 (lote D) e 3º trimestre de 2013 (lote F), passou a constar da RAP base 06/12, conforme a Resolução Homologatória nº 1.313 (nota 26.4).

(\*\*\*) Empresa adquirida em 21 de dezembro de 2012, conforme nota 12.

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de reversão sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência. **Medidas Provisórias nº 579/2012 e nº 591/2012** No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes a publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela reversão dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a: (i) Portaria Interministerial nº 580, onde foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000 (NI), referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.291 referente ao contrato de concessão nº 059/2001 (único contrato alcançado pela referida MP), conforme Anexo II da referida Portaria. (ii) Portaria Interministerial nº 579, onde ficou definido o valor das RAP a partir de 01 de janeiro de 2013, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 (líquido de PIS e COFINS) referente ao contrato de concessão nº 059/2001, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 591 (MP 591) que alterou a MP 579 de maneira a autorizar o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (SE), no prazo de trinta anos. A Companhia aguarda manifestação do Poder Concedente quanto a determinação do valor e forma de pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$2.891.291, referente ao NI, conforme Portaria Interministerial nº 580 da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA (nota 37 (e));
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

A CTEEP, pautada na posição de seus assessores jurídicos, entende que o valor reconhecido como contas a receber por reversão dos investimentos realizados não deve ser considerado na base de cálculo do PIS e da COFINS, e o ganho de capital auferido na operação será oferecido à tributação de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL). O reconhecimento do referido ganho, para fins de apuração do lucro real, deverá ser realizado na proporção da parcela de preço recebida em cada período-base.

Os impactos resultantes da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, conforme MP's 579 e 591, no valor líquido de R\$97.497 foram contabilizados sob a rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado do exercício (nota 29).

Em 11 de janeiro de 2013 a MP 579 foi convertida em Lei nº 12.783 (nota 37 (c)).

**Participação em consórcio**

**(I) Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN**

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A Companhia manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, que foi aceita pelos demais acionistas e a efetivação da retirada ocorrerá após a anuência da ANEEL.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1 Bases de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão das demonstrações financeiras.

A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, dados contratuais, projeções econômicas, seguros e meio ambiente, não foram auditadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2013.

Estas demonstrações financeiras, bem como as demonstrações contábeis regulatórias, mencionadas na nota 2.5, estarão disponíveis no site da Companhia a partir de 25 de fevereiro e 30 de abril de 2013, respectivamente.

**2.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

**2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados no menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas de construção e de operação e manutenção, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

- Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro. O tratamento contábil para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos nas notas explicativas 3.25 e 7.

- Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de reversão é reconhecido quando a construção é finalizada, e incluído como remuneração dos serviços de construção.

- Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é determinada por contrato de concessão, podendo variar para novos investimentos. Se a estimativa revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência,apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

- Valor do ativo reversível

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da reversão devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico (nota 3.8 e 7).

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

**2.4 Procedimentos de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data-base das demonstrações financeiras		Participação %	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31/12/2012		100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31/12/2012		100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31/12/2012		100	100
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	31/12/2012		100	–
<b>Controladas em conjunto</b>				
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31/12/2012		25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31/12/2012		50	50
Interligação Elétrica da Madeira S.A. (IEMadeira)	31/12/2012		51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31/12/2012		51	51

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas demonstrações financeiras consolidadas.

**2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Em consonância com a Resolução Normativa nº 396 da ANEEL publicada em 23 de fevereiro de 2010, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A DCR conterá uma conciliação entre o resultado apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE elaborada para fins societários e o resultado apresentado na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício - DRRE, bem como a conciliação entre os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõe o balanço patrimonial societário e o regulatório.

**3. Principais práticas contábeis**

**3.1 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**3.2 Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12 e OCPC 05 vide nota 3.25). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 (IAS 18) - Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são:

**(a) Receita de construção**

Refere-se aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, considerando que boa parte de suas instalações é construída através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

**(b) Receita por reversão**

Refere-se aos valores a serem recebidos do Poder Concedente ao fim do contrato de concessão pela reversão dos investimentos não depreciados, ou amortizados, que são reconhecidos no início de cada projeto.

**(c) Receita financeira**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva de juros sobre o montante a receber da receita de construção e de reversão. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

**(d) Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

**3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A partir de 2009, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Pinheiros"), Interligação Elétrica do Sul S.A. ("IESul") e a Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("IENNE"), optaram pelo regime do Lucro Real, a Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG") e Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi) optaram pelo regime de Lucro Presumido a partir do exercício de 2012 e as demais controladas são consideradas, para fins fiscais, em fase pré-operacional, não sendo apurado tributos correntes sobre o lucro.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e do CPC 32



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

### Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

• **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

• **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

• **Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendendo, principalmente, o contas a receber (ativo de concessão) e valores a receber - Secretária da Fazenda.

(ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2012, foi constituída provisão para redução ao valor de custo do ativo reversível referente às instalações do Serviço Existente (SE), até a homologação definitiva dos valores pelo órgão regulador (nota 3.8 e 7).

(iii) **Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em "Outros ganhos e perdas". Durante o exercício de 2012, ocorreram baixas de ativos financeiros alcançados pela MP 579 e 591 (nota 1.2 e 7).

(b) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(c) **Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge**

Em 2011, a Companhia e sua controlada IEMadeira passaram a utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de cobertura - hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que a operação de derivativo é contratada, sendo reavaliados, subsequentemente, também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado do exercício sob a rubrica "resultado financeiro".

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e sua controlada IEMadeira possuem instrumentos derivativos classificados como hedge de valor justo.

Para que uma operação de cobertura - hedge seja qualificada para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) é necessário que os seguintes requisitos sejam atendidos:

• Para a data de início da operação, existe documentação formal da operação de cobertura, especificando sua classificação, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. Essa documentação deve incluir a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge;

• Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;

• A eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável; e,

• A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, as mudanças do valor justo do instrumento de hedge e as mudanças do valor justo do item objeto de hedge atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de hedge. A Companhia adota o "hedge accounting" para suas operações contratadas.

**3.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

**3.7 Aplicações financeiras**

No consolidado a classificação dos títulos e valores mobiliários, no reconhecimento inicial, com base na estratégia da Administração para esses títulos, sob as seguintes condições: i) títulos para negociação; ii) títulos disponíveis para venda; e iii) títulos mantidos até o vencimento. Nos exercícios de 2012 e 2011 no consolidado há somente títulos e valores mobiliários na categoria de títulos para negociação.

**3.8 Contas a receber (ativo de concessão)**

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo reversível.

O ativo reversível, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da reversão devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia considera que o valor da reversão a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Com a assinatura do aditivo de prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 (nota 1.2), o valor da reversão referente às instalações dos Novos Investimentos (NI), em 31 de dezembro de 2012, corresponde ao Valor Novo de Reposição, já determinado pela Portaria Interministerial nº 580. Para as instalações do SE, cujo valor de reversão não foi divulgado pelo Poder Concedente, a Companhia entende ter direito ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada, apurado com base em laudo independente de assessores especializados. Entretanto constituiu provisão para redução a valor de custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador (nota 7). Para os demais ativos reversíveis a Companhia estimou os valores de reversão com base nos seus respectivos valores de livros.

Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, porventura alterem a estimativa sobre o valor de reversão dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

**3.9 Estoques**

Os estoques são apresentados por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

**3.10 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

**3.11 Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

**3.12 Imobilizado**

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

A Companhia não considerou relevante o saldo do ativo imobilizado e, consequentemente, optou por não adotar a prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme previsto no ICPC 10 (IAS 16 e 40) - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado conforme determinado pelo ICPC 10 (IAS 16 e 40) não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

**3.13 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**3.14 Arrendamentos**

(a) **A Companhia como arrendatária**

• **Arrendamentos operacionais**

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

• **Arrendamentos financeiros**

No início do contrato, os arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, se for praticável determinar essa taxa, se não for, é utilizada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

(b) **A Companhia como arrendadora**

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

**3.15 Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

**3.16 Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**3.17 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 22 (a).

**3.18 Plano de aposentadoria e outros benefícios a empregados**

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período de relatório. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% do maior valor no exercício anterior, entre o valor presente das obrigações com os benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano, são amortizados no período médio restante esperado de vida laboral dos empregados participantes. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

Eventual obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer ativo resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ativos ou passivos atuariais reconhecidos contabilmente, conforme mencionado na nota explicativa 23.

**3.19 Dividendos e juros sobre capital próprio**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08, que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente à 10% do capital social integralizado, condicionados à existência de lucros.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 25 (b).

A Companhia distribui juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

**3.20 Segmento de negócio**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de construção, e de operação e manutenção, considerando que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

**3.21 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), menos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**3.22 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**3.23 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

**3.24 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O cálculo do lucro diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme mencionado na nota explicativa 25 (e).

**3.25 Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)**

A partir de 01 de janeiro de 2009, a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC ("equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB"). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 - Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo: A interpretação ICPC 01 (IFRIC 12) foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de reversão é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 (IFRIC 12) foram aplicadas para as concessões das controladas IEMadeira, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros. Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva, a partir de 01 de janeiro de 2009, foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP, existentes naquela data.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da reversão devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Esta reversão faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

#### 4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Em relação a adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2012. São eles:

• CPC 17 (R1) - Contratos de Construção - Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012;

• CPC 18 (R1) - Investimento em Controlada e em Coligada - Deliberação CVM nº 688 de 04 de outubro de 2012;

• CPC 30 (R1) - Receitas - Deliberação CVM nº 69

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Saldos apresentados em 2012	Impacto da adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 2012, após adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)
<b>Balço Patrimonial</b>			
Ativo circulante	3.160.189	(209.505)	2.950.684
Investimentos	-	767.553	767.553
Ativo não circulante (exceto investimentos)	6.676.386	(2.023.704)	4.652.682
<b>Ativo total</b>	<b>9.836.575</b>	<b>(1.465.656)</b>	<b>8.370.919</b>
Passivo circulante	1.656.421	(231.820)	1.424.601
Passivo não circulante	3.101.924	(1.233.836)	1.868.088
Patrimônio líquido	5.078.230	-	5.078.230
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>9.836.575</b>	<b>(1.465.656)</b>	<b>8.370.919</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
Receita operacional líquida	2.818.988	(805.834)	2.013.154
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	(1.337.636)	629.386	(708.250)
(Despesas) receitas operacionais, líquidas (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	(43.224)	10.833	(32.391)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	64.138	64.138
Resultado financeiro	(211.416)	67.524	(143.892)
Imposto de renda e contribuição social	(383.224)	33.953	(349.271)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>843.488</b>	<b>-</b>	<b>843.488</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>			
Atividades operacionais (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	186.301	668.905	855.206
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(64.138)	(64.138)
Atividades de investimento	(177.520)	(54.745)	(232.265)
Atividades de financiamento	98.425	(523.583)	(425.158)
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>107.206</b>	<b>26.439</b>	<b>133.645</b>

Exceto quanto aos potenciais impactos advindos da adoção do CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3) identificados acima, a Companhia estima que a adoção dos demais pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações, não deverá impactar de forma significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 2013.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2012	2011
Caixa e bancos	636	830
Aplicações financeiras (i)	295.850	150.191
	<b>296.486</b>	<b>151.021</b>
	<b>311.124</b>	<b>203.918</b>

(i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora	Consolidado
		2012	2011
CDB	96,5% a 103,0%	908	21.047
Compromissada (*)	100,0% a 102,3%	294.942	129.144
		<b>295.850</b>	<b>150.191</b>
		<b>307.452</b>	<b>202.042</b>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 32 (c).

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6. Aplicações financeiras - consolidado (controladas IEMadeira e IEGaranhuns)

	% do CDI	Controladora	Consolidado
		2012	2011
CDB	90,0% a 106,0%	118.111	3.377
		<b>118.111</b>	<b>3.377</b>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 32 (c).

7. Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2012	2011
Contas a receber serviços de construção (a)	301.784	3.397.605
Contas a receber serviços de O&M (b)	260.325	240.810
Contas a receber MP's 579 e 591 (SE/NI) (c)	5.975.426	-
Contas a receber por reversão (d)	1.105	1.219.112
Provisão para redução ao valor de custo (e)	(1.535.319)	-
	<b>5.003.321</b>	<b>4.857.527</b>
	<b>7.916.396</b>	<b>6.809.821</b>
Circulante	2.356.600	1.434.110
Não circulante	2.646.721	3.423.417
	<b>5.003.321</b>	<b>4.857.527</b>
	<b>7.916.396</b>	<b>6.809.821</b>

(a) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

(c) Contas a receber MP's 579 e 591 - refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

• A reversão das instalações referentes ao NI corresponde ao montante de R\$2.949.121, sendo R\$2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O recebimento desse montante se dará 50% à vista e 50% parcelado até 07 de julho de 2015 (nota 1.2). Em 18 de janeiro de 2013 foi recebido o montante de R\$1.544.050 referente a 50% e a primeira parcela atualizada (nota 37 (e)).

• A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$3.026.305. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.

(d) Contas a receber por reversão - refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2012	2011
A vencer	4.973.943	4.832.256
Vencidos		
até 30 dias	264	1.121
de 31 a 60 dias	138	581
de 61 a 360 dias	3.768	7.317
há mais de 361 dias (i)	25.208	16.252
	<b>29.378</b>	<b>25.271</b>
	<b>5.003.321</b>	<b>4.857.527</b>
	<b>7.916.396</b>	<b>6.809.821</b>

(i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

12. Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto

	Data-base	Otd. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro líquido
IEMG	31/12/2012	78.855.292	100,0	78.855	168.456	68.037	100.419	1.917	2.534
Pinheiros	31/12/2011	78.855.292	100,0	78.855	183.400	86.042	97.358	28.557	12.196
Serra do Japi	31/12/2012	236.760.000	100,0	236.760	456.106	195.992	260.114	72.796	13.319
	31/12/2011	206.699.000	100,0	206.700	408.448	191.713	216.735	91.938	6.093
	31/12/2012	86.748.000	100,0	86.748	221.521	111.971	109.550	43.825	18.070
	31/12/2011	75.448.000	100,0	75.448	200.612	120.432	80.180	160.764	4.211
Evreco	31/12/2012	21.512.367	100,0	21.512	30.821	621	30.200	326	246
IEENNE	31/12/2012	81.821.000	25,0	327.284	732.536	347.242	385.294	60.365	16.365
	31/12/2011	81.554.000	25,0	326.214	711.800	343.941	367.859	96.590	27.771
IESul	31/12/2012	74.128.499	50,0	148.257	211.043	54.598	156.445	48.410	1.371
	31/12/2011	60.303.999	50,0	120.607	172.741	45.317	127.424	45.153	4.751
IEMadeira	31/12/2012	487.560.000	51,0	956.000	3.713.977	2.581.762	1.132.215	1.610.444	115.855
	31/12/2011	346.800.000	51,0	680.000	1.980.538	1.240.178	740.360	1.250.994	50.538
IEGaranhuns	31/12/2012	15.300.510	51,0	30.001	99.197	68.654	30.543	54.766	542
	31/12/2011	1.020.000	51,0	2.000	2.000	-	2.000	-	-

(i) Controladas

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 - Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km (Contrato de concessão nº 004/2007 - nota 1.2).

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente. Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou a CTEEP sua intenção de alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011, a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente, apurando uma perda de R\$28.490, conforme divulgado na nota explicativa 11 (a), nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL.

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
E	Linha de transmissão Interlagos - Piratininga II (SP)	345	012/2008
H	Subestação Piratininga II (SP)	345/138/88	015/2008
K	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138	018/2008
K	Subestação Alibaia II (SP)	345/138	021/2011
K	Subestação Itapeti (SP)	345/88	021/2011

O projeto dos lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 tem investimento estimado em R\$348,2 milhões e RAP de R\$30,6 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Alibaia II entrou em operação em 09 de janeiro de 2013 (nota 37 (b)).

O projeto do lote K do leilão 004/2011, tem investimento estimado em R\$42,5 milhões e RAP de R\$4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote L do Leilão nº 001/2009 da ANEEL (Contrato de concessão nº 026/2009 - nota 1.2).

Em 2012, a Serra do Japi iniciou sua operação comercial (subestação Salto em janeiro de 2012 e subestação Jandira em março de 2012).

Evreco Participações Ltda. ("Evreco")

Em 28 de maio de 2012, foi assinado contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Companhia e a EDP Energias do Brasil S.A. ("EDP") para aquisição de 100% das ações do capital social da Evreco Participações Ltda. ("Evreco").

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em agosto de 2012 através do Ato de Concentração nº 08012.006560/2012-92 e pela ANEEL em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução Autorizativa nº 3.788.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>4.645.385</b>	<b>5.649.699</b>
Receita de construção (nota 26.1)	265.387	1.103.686
Receita financeira (nota 26.1)	1.476.988	1.589.969
Receita de operação e manutenção (nota 26.1)	540.616	555.127
Liquidação	(2.070.849)	(2.088.660)
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>4.857.527</b>	<b>6.809.821</b>
Receita de construção (nota 26.1)	149.321	976.724
Receita financeira (nota 26.1)	1.412.608	1.584.814
Receita de operação e manutenção (nota 26.1)	587.168	594.651
Atualização do contas a receber reversão IPCA/WACC	57.830	57.830
Baixa do contas a receber de construção (nota 29)	(2.724.622)	(2.724.622)
Atualização do contas a receber de reversão à VNR (nota 29)	4.444.510	4.444.510
Provisão para redução ao valor de custo (nota 29)	(1.535.319)	(1.535.319)
Saldo de contas a receber na aquisição de controlada Evreco	-	24.517
Liquidação	(2.245.702)	(2.316.530)
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>5.003.321</b>	<b>7.916.396</b>

8. Valores a receber - Secretaria da Fazenda - controladora e consolidado

	2012	2011
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	-	12.341
Alienação de imóvel (b)	-	2.565
Processamento da folha de pagamento - Lei 4.819/58 (c)	793.443	658.764
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (d)	193.043	151.986
Salário-família - Lei 4.819/58 (e)	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.218)	(2.218)
	<b>986.486</b>	<b>825.656</b>
	<b>986.486</b>	<b>810.750</b>

Circulante

Não circulante

(a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-ia em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.

(b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.

(c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2012 (nota 36). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado de São Paulo. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão na qual a CTEEP repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para pagamento aos aposentados.

(d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.

(e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
F.....	Linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau (RS)	230	013/2008
	Subestação Scharlau (RS)	230/138	
I.....	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) - Curitiba C2 (PR)	230	016/2008
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis C3 (SC)	230	
	Subestação Forquilha (SC)	230/69	

Esse projeto tem investimento estimado em R\$193,6 milhões e RAP de R\$12,4 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 3º trimestre de 2013.

### Interligação Elétrica da Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
D.....	Linha de transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600	013/2009
F.....	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600	015/2009

Esse projeto tem investimento estimado em R\$3.613,0 milhões e RAP de R\$403,8 milhões (nota 1.2). A entrada em operação está prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2013 (lote D) e 3º trimestre de 2013 (lote F).

### Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
L.....	Linha de transmissão Luiz Gonzaga - Garanhuns (AL, PE)	500	022/2011
	Linha de transmissão Garanhuns - Pau Ferro (PE)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns - Campina Grande III (PE, PB)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns - Angelim I (PE)	500	
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230	
	Subestação Pau Ferro (PE)	500	

Este projeto tem investimento estimado em R\$655,4 milhões e RAP de R\$68,9 milhões, base setembro de 2011 (nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para o 2º trimestre de 2014.

### (b) Movimentação dos investimentos

	Serra							Total
	IEMG	Pinheiros	do Japi	IEENNE	IESul	IEMadeira	IEGaranhuns	
<b>Saldos em 2010.....</b>	<b>51.414</b>	<b>202.142</b>	<b>19.869</b>	<b>84.547</b>	<b>45.169</b>	<b>128.173</b>	-	<b>531.314</b>
Aquisição de participação.....	15.283	-	-	-	-	-	-	15.283
Integralização de capital.....	-	8.500	56.100	475	16.167	223.636	1.020	305.898
Equivalência Patrimonial.....	12.196	6.093	4.211	6.943	2.376	25.775	-	57.594
Perda na aquisição de controle.....	(28.490)	-	-	-	-	-	-	(28.490)
Realização da perda na aquisição de controle.....	2.445	-	-	-	-	-	-	2.445
Dividendos a receber.....	(529)	-	-	-	-	-	-	(529)
<b>Saldos em 2011.....</b>	<b>52.319</b>	<b>216.735</b>	<b>80.180</b>	<b>91.965</b>	<b>63.712</b>	<b>377.584</b>	<b>1.020</b>	<b>883.515</b>
Aquisição de participação.....	-	-	-	-	-	-	63.164	63.164
Integralização de capital.....	-	30.060	11.300	268	13.825	140.760	14.281	210.494
Equivalência Patrimonial.....	2.534	13.319	18.070	4.091	685	59.086	276	98.061
Realização da perda na aquisição de controle.....	2.437	-	-	-	-	-	-	2.437
Dividendos a receber.....	529	-	-	-	-	-	-	529
<b>Saldos em 2012.....</b>	<b>57.819</b>	<b>260.114</b>	<b>109.550</b>	<b>96.324</b>	<b>78.222</b>	<b>577.430</b>	<b>15.577</b>	<b>1.258.200</b>

### 13. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Controladora				
	Taxas médias anuais de depreciação				
	2012	2011			
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>%</b>	
Máquinas e equipamentos.....	2.452	(1.564)	888	4.795	6,25%
Benefícios em imóveis de terceiros.....	3.148	(3.148)	-	62	20,0%
Móveis e utensílios.....	6.725	(4.402)	2.323	1.635	6,25%
Equipamentos de informática.....	9.501	(4.714)	4.787	587	24,8% (*)
Veículos.....	870	(549)	321	733	21,0%
Outros.....	981	(925)	56	843	4,0%
	<b>23.677</b>	<b>(15.302)</b>	<b>8.375</b>	<b>8.655</b>	
					<b>Consolidado</b>
					<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>
					<b>2012</b>
					<b>2011</b>
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>%</b>	
Máquinas e equipamentos.....	2.579	(1.616)	963	4.849	6,25%
Benefícios em imóveis de terceiros.....	3.148	(3.148)	-	62	20,0%
Móveis e utensílios.....	6.893	(4.435)	2.458	1.710	6,25%
Equipamentos de informática.....	9.501	(4.714)	4.787	587	24,8% (*)
Veículos.....	870	(549)	321	733	21,0%
Outros.....	981	(925)	56	843	4,0%
	<b>23.972</b>	<b>(15.387)</b>	<b>8.585</b>	<b>8.784</b>	

(\*) Inclui leasing de equipamento de informática com taxa de 33,3%.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				
	Saldos em 2010	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 2011
Máquinas e equipamentos.....	3.497	1.854	(556)	-	4.795
Benefícios em imóveis de terceiros.....	818	-	(756)	-	62
Móveis e utensílios.....	1.708	176	(248)	(1)	1.635
Equipamentos de informática.....	1.188	365	(947)	(19)	587
Veículos.....	943	70	(280)	-	733
Outros.....	890	2	(46)	(3)	843
	<b>9.044</b>	<b>2.465</b>	<b>(2.834)</b>	<b>(20)</b>	<b>8.655</b>
					<b>Controladora</b>
	<b>Saldos em 2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldos em 2012</b>
Máquinas e equipamentos.....	4.795	-	(407)	(3.500)	888
Benefícios em imóveis de terceiros.....	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios.....	1.635	1.042	(179)	(175)	2.323
Equipamentos de informática.....	587	4.611	(389)	(22)	4.787
Veículos.....	733	-	(170)	(242)	321
Outros.....	843	-	(74)	(713)	56
	<b>8.655</b>	<b>5.653</b>	<b>(1.281)</b>	<b>(4.652)</b>	<b>8.375</b>
					<b>Consolidado</b>
	<b>Saldos em 2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldos em 2011</b>
Máquinas e equipamentos.....	3.587	1.832	(570)	-	4.849
Benefícios em imóveis de terceiros.....	818	-	(756)	-	62
Móveis e utensílios.....	1.768	206	(257)	(7)	1.710
Equipamentos de informática.....	1.188	365	(947)	(19)	587
Veículos.....	943	70	(280)	-	733
Outros.....	890	2	(46)	(3)	843
	<b>9.194</b>	<b>2.475</b>	<b>(2.856)</b>	<b>(29)</b>	<b>8.784</b>
					<b>Consolidado</b>
	<b>Saldos em 2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldos em 2012</b>
Máquinas e equipamentos.....	4.849	39	(425)	(3.500)	963
Benefícios em imóveis de terceiros.....	62	-	(62)	-	-
Móveis e utensílios.....	1.710	1.115	(192)	(175)	2.458
Equipamentos de informática.....	587	4.611	(389)	(22)	4.787
Veículos.....	733	-	(170)	(242)	321
Outros.....	843	-	(74)	(713)	56
	<b>8.784</b>	<b>5.765</b>	<b>(1.312)</b>	<b>(4.652)</b>	<b>8.585</b>

### 14. Intangível

Nas demonstrações financeiras individuais refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o montante de R\$30.644 refere-se ao ativo por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da controlada Evrecy que tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão. O ativo será amortizado de acordo com o prazo do contrato de concessão da controlada, que vencerá em 17 de julho de 2025, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. A movimentação do intangível, é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2010.....</b>	<b>9.944</b>	<b>9.944</b>
Adições.....	2.284	2.336
Amortização.....	(3.282)	(3.282)
<b>Saldo em 31/12/2011.....</b>	<b>8.946</b>	<b>8.998</b>
Adições.....	5.720	37.082
Amortização.....	(3.692)	(3.692)
<b>Saldo em 31/12/2012.....</b>	<b>10.974</b>	<b>42.388</b>

### 15. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
BNDES (a) (i).....	TJLP + 2,3% a.a.	15/06/2015	234.681	328.318	234.681	328.318
BNDES (a) (ii).....	TJLP + 1,8% a.a.	15/06/2015	140.798	196.251	140.798	196.251
BNDES (a) (iii).....	TJLP + 2,4% a.a.	15/04/2023	-	52.513	57.631	57.631
BNDES (a) (iv).....	TJLP + 2,8% a.a.	15/01/2013	-	-	229.947	229.947
BNDES (a) (v).....	TJLP + 2,8% a.a.	15/01/2013	-	-	71.890	71.890
BNDES (a) (vi).....	TJLP + 2,4% a.a.	15/05/2025	-	4.474	5.328	5.328
BNDES (a) (vii).....	5,5% a.a.	15/01/2021	-	4.577	4.240	4.240
BNDES (a) (viii).....	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/2026	-	47.758	49.562	49.562
BNDES (a) (ix).....	5,5% a.a.	15/01/2021	-	80.152	75.872	75.872
BNDES (a) (x).....	TJLP + 1,9% a.a.	15/05/2026	-	49.801	48.282	48.282
BNDES (a) (xi).....	TJLP + 1,5% a.a.	15/05/2026	-	43.038	42.217	42.217
BNDES (a) (xii).....	TJLP + 2,4% a.a.	15/09/2029	-	616.723	-	-
BNDES (a) (xiii).....	TJLP + 2,4% a.a.	15/02/2030	-	54.941	-	-
BNDES (a) (xiv).....	2,5% a.a.	15/10/2022	-	114.491	-	-
Notas Promissórias.....						
4ª emissão (b) (i).....	CDI + 0,4% a.a.	12/01/2012	-	223.048	-	223.048
5ª emissão (b) (ii).....	CDI + 0,4% a.a.	05/07/2012	-	316.885	-	316.885
6ª emissão (b) (iii).....	104,9% CDI a.a.	05/01/2013	433.873	-	433.873	-
3ª emissão - IEMadeira (b) (iv).....	106,5% CDI a.a.	18/03/2013	-	-	181.012	-
Fundo Constitucional de financiamento de (b) (d).....	10,0% a.a.	10/07/2032	-	-	104.838	-
Banco Bradesco (e).....	CDI + 2,0% a.a.	-	-	-	4.365	-
Banco do Brasil (f).....	CDI + 1,4% a.a.	06/05/2013	-	-	5.649	-
Banco do Nordeste (g).....	10,0% a.a.	19/05/2030	-	-	54.818	55.898
Eletrobras.....	8,0% a.a.	15/11/2021	340	391	340	391
Arrendamentos mercantis financeiros.....			5.048	619	5.048	619
Total em moeda nacional.....			<b>814.740</b>	<b>1.065.512</b>	<b>2.229.525</b>	<b>1.710.744</b>
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)						
Encargos						
Varição						
CCB Internacional - Banco IBBA (c) (i).....	US\$ + 4% a.a.	26/04/2013	132.309	122.077	132.309	122.077
Commercial Paper - Banco JP Morgan (c) (ii).....	US\$ + 2,1% a.a.	21/10/2013	177.318	159.116	177.318	159.116
Total em moeda estrangeira.....			<b>309.627</b>	<b>281.193</b>	<b>309.627</b>	<b>281.193</b>
Total em moeda nacional e estrangeira.....			<b>1.124.367</b>	<b>1.346.705</b>	<b>2.539.152</b>	<b>1.991.937</b>
Circulante.....			<b>897.563</b>	<b>693.472</b>	<b>1.135.567</b>	<b>1.007.673</b>
Não circulante.....			<b>226.804</b>	<b>653.233</b>	<b>1.403.585</b>	<b>984.264</b>

(i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq$  3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq$  0,6.

(ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco e Santander, ao custo de 1,2% a.a. e 0,6% a.a. respectivamente, com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq</$



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A RAP da Companhia e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações e Transmissão - DIT				Total
	Ativos existentes		Novos investimentos		Ativos existentes		Novos investimentos		
	Licitada	Parcela de ajuste	Licitada	Parcela de ajuste	Licitada	Parcela de ajuste	Licitada	Parcela de ajuste	
059/2001 - vigente dez/12(*)	647.245	352.076	-	(22.066)	187.342	128.404	-	4.828	1.297.829
059/2001 - vigente jun/13 (*)	394.586	-	-	(22.066)	86.796	-	-	4.825	464.141
143/2001	-	16.604	(667)	-	-	-	-	-	15.937
004/2007	-	14.161	(594)	-	-	-	-	-	13.567
012/2008	-	6.739	418	-	-	1.016	-	-	8.173
015/2008	-	3.671	12.800	1.259	-	1.032	314	20	19.096
018/2008	-	-	3.292	-	-	-	40	-	3.332
026/2009	-	-	21.554	(1.355)	-	-	4.903	-	25.102
020/2008	6.603	2.180	-	(784)	-	1.952	-	(107)	9.844
001/2008	-	-	38.253	3.640	-	-	-	-	41.893
013/2008	-	-	4.669	(2.294)	-	-	-	-	2.375
016/2008	-	-	8.216	1.649	-	-	190	-	10.055
013/2009	-	-	218.933	-	-	-	-	-	218.933
015/2009	-	-	184.866	-	-	-	-	-	184.866
	<b>1.048.434</b>	<b>357.927</b>	<b>530.067</b>	<b>(42.860)</b>	<b>274.138</b>	<b>131.388</b>	<b>6.463</b>	<b>9.566</b>	<b>2.315.143</b>

(\*) Devido a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 (nota 1.2), os valores demonstrados no quadro consideram a proporção da RAP de acordo com os valores vigentes no período de competência, sendo que para o período de julho a dezembro de 2012 foi considerada a proporção da RAP anual de R\$2.129.886 e para o período de janeiro a junho 2013 a proporção da RAP anual de R\$568.178.

27. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	Total	2012	2011	Total
Pessoal	(193.319)	(48.442)	(241.761)	(193.319)	(48.442)	(241.761)
Serviços	(184.772)	(42.649)	(227.421)	(184.772)	(42.649)	(227.421)
Depreciação	-	(4.973)	(4.973)	-	(4.973)	(4.973)
Materiais	(156.228)	(1.265)	(157.493)	(156.228)	(1.265)	(157.493)
Arrendamentos e alugueis	(8.515)	(6.101)	(14.616)	(8.515)	(6.101)	(14.616)
Contingências	-	(44.317)	(44.317)	-	(44.317)	(44.317)
Outros	(20.473)	(23.713)	(44.186)	(20.473)	(23.713)	(44.186)
	<b>(563.307)</b>	<b>(171.460)</b>	<b>(734.767)</b>	<b>(563.307)</b>	<b>(171.460)</b>	<b>(734.767)</b>

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da controladora totalizaram R\$135.508 em 2012 e R\$240.839 em 2011. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$809.313 em 2012 e R\$970.176 em 2011. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 26.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	24.134	16.708	29.921	25.635
Juros ativos	7.405	9.493	7.409	9.495
Variações monetárias	45.692	-	45.692	-
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e Commercial Paper)	-	741	-	741
Variações cambiais (CCB Internacional e Commercial Paper)	37.579	17.975	37.579	17.975
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e Commercial Paper)	47.764	69.778	47.764	69.778
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	4.388	7.263
Outras	1.704	2.466	3.812	3.433
	<b>164.278</b>	<b>117.161</b>	<b>176.565</b>	<b>134.320</b>
<b>Despesas</b>				
Juros sobre empréstimos	(40.022)	(50.587)	(103.124)	(72.891)
Juros passivos	(12.080)	(13.896)	(12.146)	(14.934)
Encargos sobre notas promissórias	(51.141)	(40.340)	(62.588)	(44.129)
Encargos sobre debêntures	(79.294)	(68.253)	(94.195)	(75.603)
Encargos (CCB Internacional e Commercial Paper)	(8.762)	(3.575)	(8.762)	(3.575)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e Commercial Paper)	(3.212)	-	(3.212)	-
Variações monetárias	-	(2.212)	-	(2.212)
Variações cambiais (CCB Internacional e Commercial Paper)	(62.707)	(48.474)	(62.707)	(48.474)
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e Commercial Paper)	(28.452)	(47.197)	(28.452)	(47.197)
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	(3.222)	(3.440)
Outras	(2.403)	(1.580)	(9.573)	(22.385)
	<b>(288.073)</b>	<b>(276.114)</b>	<b>(387.981)</b>	<b>(334.840)</b>
	<b>(123.795)</b>	<b>(158.953)</b>	<b>(211.416)</b>	<b>(200.520)</b>

As captações internacionais, ao fim do exercício, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$25.128 (R\$30.499 em 2011) e encargos de R\$8.762 (R\$3.575 em 2011). Em contrapartida, o ajuste de Swap gerou uma receita líquida de R\$19.312 (R\$22.581 em 2011).

A Companhia possui duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentando, ao fim do exercício, despesa de variação cambial líquida de R\$10.718 (R\$19.553 em 2011), encargos de R\$5.048 (R\$2.928 em 2011) e no MTM (mark to market) gerou a receita de R\$542 (R\$1.737 em 2011). O ajuste de Swap gerou uma receita líquida de R\$8.390 (R\$15.686 em 2011) para o mesmo exercício que mantém o custo a 103,5% do CDI.

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentando, ao fim do exercício, despesa de variação cambial líquida de R\$14.410 (R\$10.946 em 2011) e encargos de R\$3.714 (R\$647 em 2011) e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$3.754 (R\$2.478 em 2011). O ajuste de Swap obteve uma receita líquida de R\$10.922 (R\$6.895 em 2011) para o mesmo exercício que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na controlada IEMadeira o ajuste positivo acumulado de Hedge (NDF) é de R\$4.388 e o ajuste negativo acumulado de Hedge (NDF) é de R\$3.222. Os saldos são proporcionais a participação da Companhia na controlada.

29. Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 10), no montante de R\$28.832 e ao reconhecimento dos impactos resultantes da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, conforme MP's 579 e 591:

(i) Baixa do contas a receber de construção referente a receita prevista até julho de 2015, término do contrato de concessão vigente anteriormente à MP's 579 e 591, no montante de R\$2.724.622 (nota 7)

(ii) Atualização à VNR do contas a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados, NI e SE, no montante de R\$4.444.510 (nota 7)

(iii) Constituição de provisão para redução a valor de custo do investimento SE, no montante de R\$1.535.319 (nota 7)

(iv) Baixa dos valores em estoque de reposição de investimentos no valor de R\$87.072.

30. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.183.240	1.188.425	1.226.712	1.219.104
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(402.302)	(404.065)	(417.082)	(414.495)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	43.421	86.258	43.421	86.258
Perda por baixa do imobilizado	(25.230)	-	(25.230)	-
Perda não dedutível	(12.233)	-	(12.233)	-
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS (nota 18))	-	7.144	-	7.144
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 10)	19.029	19.029	19.029	19.029
Equivalência Patrimonial	33.340	19.582	-	-
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	-	-	4.648	-
Outros	4.223	(1.113)	4.223	(1.780)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<b>(339.752)</b>	<b>(273.165)</b>	<b>(383.244)</b>	<b>(303.844)</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(326.662)	(243.130)	(328.449)	(244.206)
Diferido	(13.089)	(30.035)	(54.775)	(59.638)
	<b>(339.752)</b>	<b>(273.165)</b>	<b>(383.244)</b>	<b>(303.844)</b>
Alíquota efetiva	<b>26,7%</b>	<b>22,9%</b>	<b>31,2%</b>	<b>24,9%</b>

(i) Controlada IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A e Serra do Japi - Interligação Elétrica S.A.

A alíquota utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Ativos/Passivos</b>				
Provisão para contingências	41.087	34.623	41.087	34.623
Contrato de concessão (ICPC 01)	(13.189)	(94.606)	(95.067)	(134.800)
Reversão de ativos (ICPC 01)	51.930	-	51.930	-
Reversão de ativos (iii)	(85.079)	-	(85.079)	-
Provisão para perdas (i)	-	35.926	-	35.926
Outras provisões	-	24.831	-	24.831
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal (ii)	-	-	1.344	718
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(1.344)	(718)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(18.383)	(9.167)	(18.383)	(9.167)
Demais diferenças temporárias	8.561	6.411	8.561	6.411
<b>Líquido</b>	<b>(15.073)</b>	<b>(1.982)</b>	<b>(96.951)</b>	<b>(42.176)</b>
Ativo	-	-	-	-
Passivo	<b>15.073</b>	<b>1.982</b>	<b>96.951</b>	<b>42.176</b>

(i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Companhia efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que estavam em processo de reconciliação. A Administração decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificadas e ao término do trabalho de conciliação, em 2012, o saldo da provisão foi reconhecida como perda efetiva. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).

(ii) As controladas IENNE e IESul possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) A Companhia apurou ganho de capital, para fins fiscais, devido a reversão e alienação dos ativos imobilizados, conforme previsto nas MP's 579 e 591 e quinto aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231. Com base no Decreto-Lei nº 1.598/77 o ganho de capital poderá ser reconhecido para fins de apuração do lucro real na proporção da parcela do preço recebida, se o recebimento de parte ou todo for superior ao exercício social vigente.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

31. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2012		2011		2012	2011
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	(5.642)	(5.145)
Dividendos	ISA Capital	-	-	84.827	-	-	-
	IEMG	-	529	-	-	-	-
Sublocação	ISA Capital	23	-	43	-	307	252
	IEMG	5	-	7	-	75	34
	IENNE	8	-	8	-	102	99
	Pinheiros	121	-	-	-	217	58
	IESul	6	-	5	-	61	82
	Serra do Japi	71	-	15	-	255	85
Prestação de serviços	ISA Capital	10	-	-	-	120	86
	Pinheiros	46	-	30	-	553	105
	IEMadeira	154	-	3.226	-	1.844	3.226
Mútuo financeiro	Serra do Japi	21	-	-	-	221	-
	Pinheiros	-	-	-	-	-	543
	Serra do Japi	-	-	-	-	-	1.025

\*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia e no consolidado apresenta saldo de R\$7.267 (R\$6.383 em 2011).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros. Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi. Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

32. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	296.486	151.021	311.124	203.918
Aplicações financeiras	-	-	118.111	

